

Atendimento psicológico nas clínicas-escola

Edwiges Ferreira de Mattos Silvaes (coordenadora)

Edna Maria Marturano

Maura Alves Nunes Gongora

Maria Luiza Marinho

Eliane Falcone

Maria Lucia Tiellet Nunes

Sonia Beatriz Meyer

Eliana Herzberg

Suzane Schmidlin Löhr

Fátima Cristina de Souza Conte

Paula Inês Cunha Gomide

GT 21

Considerando-se o tema central do VIII Simpósio Nacional de Intercâmbio Científico da ANPEPP, qual seja a pesquisa e a pós-graduação em Psicologia no Brasil na virada do século, parece perfeitamente justificável dar continuidade às discussões do Grupo de Trabalho: *Atendimento psicológico nas clínicas-escola*. Visto ter esse grupo como finalidade central nesse simpósio ampliar as discussões, por ele promovidas nos simpósios VI e VII, nas quais houve a possibilidade de se questionar, por um lado, a adequação do desempenho de papéis pelas instituições: clínicas-escola no Brasil e por outro, focalizar as dificuldades de articulação das duas principais etapas de formação do psicólogo (graduação e pós graduação) nesse mesmo espaço, nada mais natural do que repensar e ampliar o discutido à luz do final do século. O desequilíbrio no desempenho dos três papéis da instituição clínica-escola: – ensino, extensão e pesquisa, que desde sua criação é definida como espaço para subsidiar a formação do profissional de Psicologia, foi reconhecido pelo grupo, em simpósios anteriores, a partir da análise dos estudos nacionais de caracterização da clientela das clínicas-escola, promovidos nas décadas de 80 e 90. Foi também sinalizado pelo grupo de trabalho a necessidade de mudanças estruturais nos modus operandis dessas instituições e no currículo de graduação dos cursos de Psicologia, a elas atrelado, para que se possa alcançar o equilíbrio no desempenho desses papéis. Foram ainda analisadas algumas pesquisas que buscaram testar propostas de atendimento psicológico, como modelos de novas formas de atuação psicológica voltadas para favorecer o alcance ajuste no triplice objetivo da clínica-escola, assim foi discutida a necessidade de se promoverem alterações no currículo dos cursos de Psicologia de modo a facilitar a articulação entre as etapas de formação do psicólogo. Por fim foram delineadas algumas diretrizes visando o intercâmbio entre algumas clínicas escola do Brasil de modo a favorecer a troca de experiências entre aquelas que já iniciaram algumas alterações estruturais.

A criança na clínica-escola de psicologia: modalidades de intervenção preventiva

Edna Maria Marturano

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP

Pretende-se discutir as implicações, para as clínicas-escola de psicologia, da presença expressiva de crianças na demanda por atendimento psicológico junto aos serviços de saúde na comunidade. Essa discussão estará organizada em duas partes. Na primeira, examinam-se algumas características da clientela infantil dos serviços de psicologia nas clínicas-escola e na rede de saúde. Os problemas apresentados, em sua maioria, não configuram quadros psicopatológicos mas antes dificuldades adaptativas no enfrentamento das tarefas do desenvolvimento; não obstante, estudos de seguimento mostram uma porcentagem significativa de indivíduos que irão apresentar problemas severos posteriormente. As informações disponíveis sugerem que o grupo de maior risco está constituído de crianças com queixa de problema de comportamento explícito, vivendo em ambientes com indicadores múltiplos de adversidade. Na segunda parte, discutem-se as implicações desses achados, em particular: (a) o requisito de um enfoque teórico fundamentado em uma concepção desenvolvimentista, antes que na visão da psicopatologia clássica; (b) a prioridade para intervenções de cunho preventivo, orientadas para a redução do risco e o fortalecimento de fatores de proteção ao desenvolvimento; (c) as questões metodológicas, culturais, éticas e econômicas envolvidas na elaboração e na implementação de programas preventivos. Os aspectos focalizados são ilustrados através de exemplos de programas preventivos desenvolvidos e avaliados em nosso meio. Discutem-se também os limites para implementação de tais práticas, à falta de estudos epidemiológicos que pudessem informar sobre a distribuição dos problemas na população geral, incluindo aqueles segmentos que não têm acesso aos serviços de psicologia. Como conclusão, enfatiza-se, na tríplice função da clínica-escola, aquela de produzir conhecimento para fundamentar a formação e a prestação de serviços. Com base nos conhecimentos produzidos na última década, através de estudos de caracterização de clientela, pesquisas comparativas entre grupos clínicos e não clínicos e estudos de seguimento, é possível delinear uma agenda de pesquisa voltada para os grupos de risco nessa população clínica, incluindo questões como: Que características pessoais protegem as crianças frente ao risco de desadaptação psicossocial a que estão expostas? Que circunstâncias em seu ambiente familiar, cultural e social estariam mediando o risco, seja intensificando ou atenuando seu impacto? Qual o grau de maleabilidade do risco presente? Respostas a essas questões constituem subsídios importantes para o desenvolvimento de modalidades de intervenção preventiva – seletiva ou indicada – que levem em conta as condições de vida e desenvolvimento da população-alvo.(CNPQ)

A análise behaviorista radical da subjetividade na prática clínica: subsídios para a formação do terapeuta

Maura Alves Nunes Gongora

Universidade Estadual de Londrina

Vem ocorrendo, no Brasil, um crescente interesse de psicoterapeutas pelo modelo behaviorista radical de análise do comportamento. Entretanto, embora já seja tradicional, na prática clínica, uma ampla aplicação do modelo operante na análise de comportamentos públicos, o mesmo ainda não acontece com a análise da subjetividade, a qual tem sido desenvolvida apenas recentemente e por um número restrito de psicoterapeutas. O objetivo desse trabalho é desenvolver um estudo sistemático da análise behaviorista radical da subjetividade de maneira a facilitar sua aplicação por estagiários de Psicologia Clínica. Entre os tópicos sistematizados estão: “a concepção skinneriana de self”; “a análise operante dos comportamentos verbais e o papel destes no autoconhecimento”; e, “o status causal dos

eventos privados". Na análise dos comportamentos verbais é enfatizada a função organizadora dos tactos e dos autoclíticos. O estudo inclui, ainda, considerações e sugestões quanto às possibilidades de aplicação dos tópicos em questão na intervenção psicoterapêutica, bem como sua relevância para a formação de psicoterapeutas. Considerando-se que a mais consistente fundamentação da análise behaviorista radical da subjetividade, desenvolvida por B. F. Skinner, encontra-se em seu livro "VERBAL behavior", é desta fonte que é extraída a maior parte da fundamentação que subsidia a presente formulação sobre esse assunto.

Programa de intervenção para famílias brasileiras com crianças com problemas de conduta

Maria Luiza Marinho
Universidade Estadual de Londrina

O presente trabalho visa apresentar e discutir um programa de intervenção para famílias brasileiras que apresentam queixas de problemas de comportamento em relação a suas crianças. Baseado no modelo de treinamento de pais proposto por Hanf & Kling, posteriormente modificado por Forehand & McMahon, o programa de intervenção foi adaptado às características da realidade brasileira no diz respeito à clientela que procura os centros de atendimento gratuitos e semi-gratuitos e aos recursos humanos e financeiros disponíveis. Os principais objetivos do desenvolvimento desse programa são: a) prestar um atendimento adequado à população; b) reduzir as longas listas de espera observadas em locais como as clínicas-escola; c) reduzir o elevado número de faltas e de abandono do tratamento apresentados por essa população e d) possibilitar a formação dos novos profissionais da Psicologia em estratégias de intervenção acessíveis à população majoritária de nosso país. A intervenção consta de um programa com reduzido número de sessões (12), conduzido sob o formato de grupo de pais e conta com múltiplas avaliações tanto do comportamento infantil como parental na linha de base, imediatamente após o tratamento e nos seguimentos de 3 meses e de 9 meses. Inicialmente avaliado junto a dois grupos de pais de crianças de 2 a 12 anos com queixas diversificadas em relação ao comportamento infantil (tanto internalizantes como externalizantes), atualmente vem sendo adaptado a famílias que reclamam de comportamento anti-social em suas crianças de 4-6 anos de idade. Nesse terceiro grupo de intervenção, foi incluída a participação das crianças em sessões individuais e/ou em grupo, visando o desenvolvimento de habilidades sociais. Serão descritos e discutidos: o formato de atendimento utilizado; as estratégias adotadas para a prevenção das faltas e do abandono do tratamento; os resultados obtidos junto às 31 famílias atendidas; as dificuldades encontradas e o direcionamento futuro dessa linha de pesquisa. (Apoio CNPq)

Percepções de pais sobre a psicoterapia de seus filhos

Maria Lucia Tiellet Nunes
José Vicente Nunes de Alcantara
Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

É conhecida a escassez de pesquisa sobre psicoterapia em nosso meio, especialmente sobre psicoterapia psicanalítica com crianças. Em estudo anterior sobre este tema, os terapeutas foram entrevistados sobre que lugar os pais/as mães das crianças que eles tratavam ocupavam nos tratamentos dos filhos/das filhas. Em continuidade, a presente investigação dedicou-se à percepção que as mães de crianças em psicoterapia apresentam acerca de diversos aspectos do atendimento que seus filhos/suas filhas estavam realizando. Foram realizadas entrevistas em profundidade com dez mães de crianças em psicoterapia psicanalítica. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e examinadas à luz da análise de conteúdo. A partir da leitura exaustiva do material, foi possível organizar as

verbalizações das mães em quatro categorias. A primeira diz respeito ao fato de que a demanda de tratamento, cada vez mais, é compartilhada com a escola o que interfere de modo positivo ou negativo no motivo de consulta e nas expectativas a respeito da psicoterapia. A segunda refere-se à relação estabelecida pelos pais/pelas mães, na percepção das mães, com o terapeuta; a maneira como pai/mãe vêem a relação do seu filho/da sua filha com o terapeuta são influenciadas pelos influxos transferenciais dos pais/das mães em relação ao terapeuta. Em terceiro lugar, os pais/as mães, conforme depoimentos delas, situam o terapeuta no lugar de *Pai dos pai/das mães*, ou seja, alguém que sabe como eles/elas deveriam cuidar do seu filho/da sua filha. A quarta categoria agrupa verbalizações acerca da função do pai/da mãe no processo terapêutico de sua criança; constatou-se que, de um modo geral, entre outras funções, há uma manutenção da divisão tradicionais dos papéis exercidos por pais/mães em relação à criação de seus filhos/suas filhas: são as mães que levam e acompanham a criança à psicoterapia, ficando o pai relegado a um segundo plano no contexto do tratamento, sendo, entretanto o responsável pelos honorários do terapeuta. Os achados são discutidos principalmente em consideração com a formação de estudantes de Psicologia, visto que as terapias realizadas estão ligadas a clínicas-escola de duas universidades no Rio Grande do Sul.

A gravação de sessões de psicoterapia

Sonia Beatriz Meyer
Universidade de São Paulo

A gravação de sessões de atendimento psicológico em áudio ou em vídeo pode ser um instrumento tanto para a supervisão de alunos ou de psicólogos, quanto para pesquisa do processo psicoterápico, ou ainda para auto-avaliação. Este estudo pretende verificar sob que condições o uso de gravações é desejável e sob quais ele parece ser indesejável. Serão descritas experiências nestas três modalidades do uso da gravação baseadas em entrevistas realizadas com alunos de 4º ano de Psicologia que filmaram seus atendimentos durante um ano letivo; com terapeutas comportamentais experientes que foram convidados a fazer parte de uma pesquisa sobre o processo psicoterápico e com os terapeutas que relataram fazer uso de gravações de sessões para diferentes propósitos. As questões terão como objetivo obter informações sobre dificuldades encontradas no uso da gravação, se estas foram ou não superadas, como, e quais foram as vantagens obtidas neste processo. As perguntas focarão estas questões para o terapeuta, para o cliente, para o supervisor e para outras pessoas eventualmente envolvidas no processo. Questões similares serão feitas com relação à transcrição das fitas.

Quais são os dados indispensáveis sobre os clientes, quando se planeja o processo de informatização de uma clínica-psicológica-escola?

Eliana Herzberg
Universidade de São Paulo

Este trabalho dá continuidade às reflexões sobre as etapas percorridas no processo (em fase de conclusão) de informatização, de uma Clínica-Psicológica-Escola. Por informatização de uma Clínica-Psicológica-Escola, estamos nos referindo à informatização do fluxo de funcionamento e atendimento de clientes da Clínica. Neste trabalho são abordadas questões relativas aos dados sobre os clientes, seus familiares e sobre o atendimento realizado propriamente dito: ou seja, um questionamento sobre o que "deve" ser considerado como indispensável sobre os mesmos e portanto coletado durante entrevistas e como decorrência, arquivado no sistema computadorizado. Qual a razão, dentre outras, para esse questionamento? De acordo com a perspectiva do assessor de informática, que é profissional responsável pela criação de um sistema computadorizado, para que o sistema possa cumprir sua

finalidade (dar acesso rápido e flexível aos dados) um mínimo de dados sobre o cliente, sua família e sobre o atendimento realizado, por exemplo, é indispensável. Se não se der entrada desses dados “mínimos” no sistema, corre-se o risco de não se ter uma homogeneidade dos dados inutilizando assim o sistema como fonte de pesquisa e auxílio àqueles que trabalham na instituição. De acordo com a perspectiva do psicólogo clínico e outros profissionais que trabalham na instituição, por outro lado, a coleta desses dados “mínimos” pode representar um grande dispêndio de energia e tempo, em detrimento de uma maior disponibilidade clínica e “escuta” em relação aos clientes. Essa divergência de perspectivas (entre as necessidades do assessor de informática X profissional da saúde), aplica-se principalmente dentro do contexto de Clínicas-Psicológicas-Escola públicas onde a precária infra-estrutura de pessoal administrativo faz recair sobre o profissional da saúde a responsabilidade quase que integral de prontuários e documentação de seus usuários. Vale ressaltar que não se trata de divergência pura e simples de interesses pois o que está sendo questionado aqui, não é a importância dos dados a serem coletados, mas como evitar dentro do contexto de trabalho de uma Clínica-Psicológica-Escola, que se caia num desses extremos (excesso X falta total de informações, por exemplo). Serão apresentados neste trabalho os dados que estão sendo solicitados dentro do sistema computadorizado em fase final de implantação na Clínica-Psicológica-Escola do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Treinamento em habilidades de interação com estudantes universitários

Eliane Falcone

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Diversos estudos têm enfatizado a importância das habilidades sociais na qualidade das relações interpessoais. A competência social está relacionada a melhor qualidade de vida, maior realização pessoal e profissional e a relações interpessoais mais gratificantes e duradouras. Por outro lado, deficiências nessa área estão relacionadas a uma variedade de problemas clínicos e de ajustamento. Essas constatações têm incentivado a criação de programas de treinamento em habilidades sociais (THS) como coadjuvante no tratamento de uma variedade de transtornos psicológicos. O THS também tem sido utilizado em populações não clínicas, com o objetivo de aumentar as capacidades interpessoais e profissionais. Os programas atuais de THS incluem o desenvolvimento de habilidades empáticas, assertivas, de autoconsciência e de solução de problemas. Esse trabalho tem como objetivo desenvolver e aplicar um programa de THS em estudantes universitários, de modo a aumentar os ganhos pessoais e interacionais desses indivíduos. O treinamento será realizado em grupo e consistirá de 20 encontros. Cada encontro terá 1:30h. de duração e incluirá um componente de instrução (descrição verbal e modelação comportamental); um componente de prática monitorada (desempenho de papéis com feedback) e um componente de prática independente (realização de tarefas entre os encontros). (Apoio Capes)

As clínicas-escola de psicologia e os grupos de espera recreativos

Edwiges Ferreira de Mattos Silveiras

Universidade de São Paulo

Um dos pontos centrais da avaliação de clientes de acordo com uma concepção comportamental reside na observação do(s) comportamento(s) alvo da queixa(s). No caso do atendimento psicológico infantil, este ponto se sobressai ainda mais visto haver consenso entre os psicólogos de que a chegada da criança à clínica não redunde, por si só, em sua caracterização como criança com dificuldades em virtude de dois pontos principais: não foi a criança que buscou o atendimento mas sim um adulto por ela responsável; o adulto que trouxe a criança pode ser quem esteja

necessitando do atendimento e não a criança. Assim ter fontes diversas de informação sobre o comportamento da criança de modo a delinear uma estratégia de intervenção que possa responder às suas necessidades é outro ponto que tem unificado o contingente de psicólogos clínicos infantis. Esse ponto foi amplamente atendido quando foram criados grupos de espera recreativos com o intuito de diminuir a taxa de evasão e também como suporte para espera de crianças que aguardam a orientação de suas mães. Ambos tipos de grupos tem dados subsídios em termos de observação dos comportamentos infantis alvo da queixa e porisso mesmo elementos fundamentais para uma avaliação diagnóstica mais eficiente. São discutidos dados qualitativos e quantitativos dos dois tipos de grupos já implantados na clínica (Apoio Fapesp e CNPq)

Habilidades pró-sociais na infância

Suzane Schmidlin Löhr

Universidade Federal do Paraná

Constitui um projeto de *pesquisa* (visa avaliar se a participação em um programa de prevenção psicológica voltado ao desenvolvimento de habilidades pró-sociais para crianças de 4 a 6 anos, facilita o relacionamento da crianças com seus pares) e de *extensão* (oferece à comunidade atendimento psicológico grupal preventivo para as crianças e orientação aos pais destas crianças, visando a generalização das habilidades em desenvolvimento nas sessões grupais). O projeto está sendo desenvolvido no Centro de Psicologia Aplicada – clínica escola do curso de Psicologia da UFPR, desde 1999. Dele participam 18 alunos do primeiro ao quinto ano de psicologia, além de uma aluna dos mestrado em Infância e Adolescência, promovido pela UFPR. No projeto piloto realizado ano passado, estão sendo feitos ajustes, os quais passarão a compor a forma do projeto a ser implementado a partir de abril de 2000.